

O processo de ocupação do bairro de Japuíba, Angra dos Reis – RJ

Nome: Jorge Luiz Raposo Braga

Instituição: UERJ-FFP

Nível do trabalho: Mestrado

E-mail: jbraga@vnet.com.br

As pessoas que ouvem falar de Angra nos meios de comunicação, de imediato mentalizam um rico balneário de padrão internacional, freqüentado pelos “colunáveis”, onde a circulação do capital se faz presente através de lanchas, iates de luxo, helicópteros e toda a parafernália que não pode faltar aos mais exigentes consumidores turísticos.

Essa é uma das várias imagens vendidas pela mídia, através de novelas ou comerciais, que atingem diversos pontos do Brasil e do mundo e contribuem para um grande fluxo de turistas para o litoral Sul Fluminense. Segundo Leandro(1997,p.88), “ao impor padrões às imagens dos lugares, o marketing turístico celebra o não-lugar”, que passa a ser visto somente como um lugar de circulação, sem um conjunto de significados^[1]. Mas ao chegarem à cidade, observam os morros da área central apinhados de casas que avançam de forma impiedosa sobre a cobertura vegetal, em direção aos pontos mais elevados . De imediato, essa imagem contrasta com a do cenário paradisíaco vendido nos diversos pacotes turísticos ou nos empreendimentos imobiliários: a primeira impressão é de estar diante de um grande processo de “favelização” . Esse olhar de consumo, nos impede de ver a face oculta dos lugares turísticos, escondida sob as estratégias de marketing, é o que observamos em Leandro(op.cit.,p88) ao afirmar que, “dessa forma, o marketing turístico estimula o nosso olhar para o consumo (olhar econômico) pois, ávidos por belas paisagens, quanto mais olhamos menos a contemplamos. (...) As políticas de turismo pautadas em modelos urbanísticos caracterizados como ‘enclaves’ ... associados ao marketing, estimulam a estruturação dos lugares turísticos como roteiros, negando-lhes a identidade”.

^[1]Segundo Lecione (1999,p.154), “... o lugar transcende sua realidade objetiva e é interpretado como um conjunto de significados. Nesse sentido, os monumentos, as obras de arte, assim como cidades são lugares porque são um conjunto de significados. Por outro lado, quando o lugar já não se coloca como um conjunto de significados, na maioria das vezes por causa da tecnologia que transforma todos os lugares em espaços homogêneos, em verdadeiros ‘clones paisagísticos’, os lugares passam a ser não-lugares.

Esse primeiro impacto desperta para a contradição entre a imagem vendida como roteiro a ser seguido, para uma completa satisfação do produto, e o total desconhecimento do turista sobre a produção do espaço angrense, o que muitas vezes passa a ser visto como se o mesmo não tivesse identidade^{2[2]}. Assim, surgem indagações sobre o que levou uma cidade localizada entre a serra e o mar a chegar e este processo de ocupação.

A maioria que a visita com certeza desconhece os motivos de tal configuração, não sabe de suas histórias, pois o olhar turístico, muitas vezes, não vai além da aparência e se choca quando o que vê não corresponde exatamente com o que foi criado em seu imaginário pela mídia.

A inserção do município nos projetos nacionais, desenvolvidos a partir do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, facilitou no final da década de 50, a instalação do Estaleiro Verolme no município, o que anos depois abriu frente para novos projetos como a Usina Nuclear, o Terminal da Petrobrás (Tebig) e a Rodovia Rio-Santos (BR-101), que passariam a dar um maior impulso à ocupação da área, principalmente no setor turístico, agravando ainda mais os conflitos sócio-ambientais herdados dos diversos momentos de implantação daqueles empreendimentos, que viriam a penalizar o orçamento municipal e sua população, levando à criação de novos bairros, como o de Japuíba.

O bairro teve a sua ocupação acelerada no final dos anos 70, período que coincide com a instalação desses vários projetos no município de Angra dos Reis, os quais atraíram um fluxo populacional ávido de empregos. Ao terminar as obras, muitos operários permaneciam no local à espera de novas oportunidades e, como não podiam pagar o valor do aluguel elevado no núcleo central, passavam a dirigir-se para o seu entorno, no caso à antiga fazenda Japuíba.

A ocupação se deu de forma irregular e rápida, já que era importante garantir o direito de morar. Assim, áreas de manguezais e de Mata Atlântica foram invadidas por uma população de baixa renda que passou a construir seus barracos de qualquer maneira, numa área sem nenhuma infra-estrutura.

^{2[2]} Para Carlos(1996,p.109),“(…) ao vender-se o espaço, produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho”.

Essa ocupação não se deu sem conflitos, já que surgiram “donos” que pediram a reintegração de posse e expulsão da população de posseiros. O poder público local procurava se manter afastado desse problema, pois desde 1969, Angra dos Reis era considerada área de segurança nacional, onde os prefeitos eram indicados, geralmente ligados à marinha. A não intromissão do poder público na questão era justificada como sendo um caso de posse e, o mesmo estava mais empenhado em atender às necessidades dos projetos turísticos.

Neste momento, Japuíba se torna o espaço de luta pelo direito de morar e é neste embate que a identidade vai ser construída e desencadeará o movimento popular em Angra dos Reis.

Nos anos 70, a urbanização acelerada e desigual desencadeada no país, tornou à questão da moradia um dos maiores problemas das cidades brasileiras e, em Angra dos Reis, a situação não foi diferente, pois a mesma já se apresentava como uma situação preocupante para as autoridades municipais, como podemos perceber na seguinte afirmação:

“situado a três quilômetros do centro da cidade, a Japuíba, imensa área plana do segundo distrito angrense, várias vezes maior que o atual núcleo urbano, poderá significar a solução dos problemas habitacionais enfrentados no município. (...) A necessidade de expansão dá duas opções ao angrense: os morros ou áreas nas proximidades do mar. A primeira alternativa tem resultado em problemas de urbanização que a prefeitura tem conseguido equacionar relativamente, oferecendo água, luz, e calçamentos de uma via principal. As outras áreas são supervalorizadas e têm o seu aproveitamento para fins turísticos, tornando-se impraticável para a maioria das faixas salariais da cidade”(Jornal Presente, 30/10/76, p.5).

Esse depoimento do então prefeito Toscano de Britto, ressaltou a situação que o município vinha sofrendo, ou seja, o aumento acentuado da ocupação das encostas, que onerou os cofres públicos ao instalar ali os equipamentos urbanos, e a perspectiva de ver Japuíba como uma “válvula” de escape aos problemas habitacionais vivenciados por Angra. Podemos ainda observar que as áreas destinadas ao turismo não foram mexidas pra fins de uma reforma agrária, sendo mantidas para uma determinada classe social, enquanto a população de baixa renda foi direcionada para as áreas de menores recursos em infraestrutura.

Esse processo foi agravado no início da década de oitenta, período em que o modelo econômico implantado no Brasil e no mundo já dava sinais de esgotamento. A crise era iminente com a queda da produção industrial, aumento da inflação, disparo da dívida externa e, conseqüentemente, o aumento do desemprego. A cidade de Angra dos Reis e, no nosso caso, Japuíba, sentiram os efeitos dessa crise, já que, no início da década de 80, o final das obras de Angra I somado a redução do quadro de funcionários da indústria naval, agravaram as condições habitacionais no município. Um grande contingente de força de trabalho se direcionou para Japuíba à espera de um novo emprego, aumentando a pressão demográfica sobre os recursos naturais ali existentes e modificando sistematicamente a situação ambiental

A especulação imobiliária passou a ver Japuíba como uma alternativa para a construção de condomínios exclusivos^{3[3]}, de marinas e toda uma gama de serviços visando atender um determinado tipo de turista. Esses interesses acabaram acendendo a disputa por essas terras, já que, tomando posse das mesmas e esperando que o seu preço subisse no mercado imobiliário, os especuladores queriam reter uma parcela significativa em suas mãos para depois negociá-la .

A existência de um “aeroporto”^{4[4]} construído em 1959, inicialmente para diferentes interesses, povoava as mentes dos que queriam a posse das terras, já que a pista poderia ser asfaltada e destinada ao fluxo turístico esperado. Parecia que Japuíba caminharia para essa finalidade, mesmo que para “prepará-la” algumas modificações devessem ser feitas, como expandir a pista do aeroporto^{5[5]}, retirar e aterrar mangues ou modificar sua linha de costa,

^{3[3]} “(...) subjacente à ação estatal está a classe dominante ou algumas de suas frações. Sua atuação se faz, de um lado, através da auto-segregação na medida em que ela pode efetivamente selecionar para si as melhores áreas, excluindo-as do restante da população: irá habitar onde desejar” (Corrêa,1989,p.64).

^{4[4]} “...eu fui o encarregado geral da construção do aeroporto. Foi feito em 23 de agosto de 1959, por uma questão política do Ademar de Barros: ele era candidato a presidente da República e o deputado Câmara Torres era candidato pelo partido PSP - Partido Social Progressista - e queria que o Ademar de Barros viesse a Angra de avião... então, preparou uma pista de quinhentos e poucos metros. Nessa época, o Jair de Vasconcellos, que era construtor, fez a pista e eu executei a obra... (Entrevista do Sr. João Teixeira, concedida a Palmeira, para o Projeto Memória e História da Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis,1998,p.92.).

^{5[5]} Existe um Projeto, desde 1991, de ampliação do aeroporto de Angra dos Reis, como também, de construção de um complexo que envolveria uma marina, centro comercial, hotéis, restaurantes, estacionamento para ônibus de turismo e um horto florestal, cujo interesse principal era ativar um mercado de emissão turística do interior de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás para o município, como afirmava o empresário Alceu Braga Lopes: “Esse mercado consumidor, que está a uma distância de pelo menos uma hora de vôo, e que tranqüilamente incorporaria Angra dos Reis nos seus projetos de viagens curtas, de fins de semana”(Jornal Maré, 1991, p.7). Mas o Projeto está parado, já que, para a ampliação do

mas existia um “entrave” nisso tudo, um aumento crescente de uma população de baixa renda que estava fixada no lugar: de 56 famílias de antigos colonos em 1960, Japuíba possuía quatro mil famílias nos anos 70. A “batalha” ia começar.

A ocupação acelerada de Japuíba só ganhou atenção por parte das autoridades municipais e o povo em geral, quando, já no final dos anos 70, explodiu o conflito de terras, iniciado pelas primeiras ações de reintegração de posse daqueles que se diziam proprietários, ameaçando os posseiros e comprando destes terras a preços irrisórios ou usando a violência para expulsá-los. A área era de litígio entre as empresas Industrial e Agrícola de Nestor Gonçalves e a Companhia Metalúrgica Barbará^{6[6]}, que percebendo o início da organização dos posseiros, formaram um consórcio sob o controle da Barbará. Para ter seus interesses atingidos, o consórcio consegue a emissão de 1183 ações de despejo, fruto de uma articulação entre os interesses particulares e agentes dos poderes públicos, onde os moradores não teriam direito a nenhuma indenização. Assim, vamos observar o início da “batalha” pelo direito de morar, tendo Japuíba como arena desse conflito e, para “limpar” a área, a Barbará mandou os seus tratores de terraplanagem derrubarem algumas casas e plantações.

Essa forma radical de intimidar a população, levou a mesma a superar as suas diferenças e se vê envolvida num processo coletivo de luta, o que permitiu o reconhecimento de uma igualdade, uma percepção do “nós”. Essa tomada de consciência, como afirma Santos(1987) vai revertendo o espaço como fonte de alienação, em espaço de descobertas^{7[7]}, contribuindo para a formação da identidade do grupo e permitindo o surgimento de um poder local frente ao poder político estabelecido. Portanto, a luta pela moradia vai desencadear o movimento popular de Japuíba e, conseqüentemente, incentivar a identidade coletiva que estava latente. Para Castro(1992) há dois níveis de identidade,

aeroporto e a construção de um complexo turístico, segundo os ecologistas da região, metade da obra ficaria em cima do manguezal.

^{6[6]} “... em 1957, a Barbará fizera um arrendamento de madeira de uma parte da fazenda, pois seu forno era movido a carvão. Com isso, achou-se no direito de tomar conta de tudo o mais.” (Palmeira,1998, p.94)

^{7[7]} Para Santos(1987,p.63) “O fato de que, como homem, viva um permanente processo de mudança e de adaptação é que vai permitir aos recém-chegados participarem como ator, e não apenas passivamente, do seu novo quadro de vida, graças às novas incitações, às suas capacidades e ao gênio criativo. A desculturização é perda, mas também doação. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade nova e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem. Quando essa síntese é percebida, o processo de alienação vai cedendo ao processo de integração e de entendimento, e o indivíduo recupera a parte do seu ser que parecia perdida”.

onde o primeiro estaria estruturado individualmente, podendo ser chamado de topofilia. São as relações de vizinhança, de parentesco, de amizade, que dão uma referência de grupo, onde o cotidiano se faz presente e facilita a comunicação e a sociabilidade, surgindo a identidade de bairro. O outro é estruturado coletivamente, na dinâmica das relações sociais, na medida em que os moradores se vêem envolvidos coletivamente num processo de luta, onde os problemas são comuns e necessitam de soluções coletivas. Aí a identidade de bairro também se faz presente, pois o movimento popular impulsiona a identidade que estava latente.

A luta pela moradia em Japuíba, levou à realização da primeira reunião dos moradores e à constituição de uma comissão em defesa da terra. Neste momento, os trabalhadores rurais e urbanos lutam contra a expulsão, e o processo de mobilização fortaleceu os laços de solidariedade^{8[8]}, estimulando uma identidade comunitária.

A busca pelo equilíbrio de forças, levou a organização comunitária a estender as redes de solidariedade além do município, recebendo apoio da Comissão Pastoral da Terra^{9[9]}, ligada à Igreja Católica, com a presença do bispo Dom Vidal, da diocese de Itaguaí, como também da Federação dos Trabalhadores da agricultura (Fetag) do Rio de Janeiro, sindicato rural e advogados.

O poder local estava nas mãos do Almirante Jayr Carneiro Toscano de Britto, de 1972 a 1978, período do início das obras dos empreendimentos e da eclosão dos conflitos. A prefeitura não teve papel ativo para solucionar a questão, ou mesmo interesse, já que para ela era assunto de posse e não cabia se intrometer. A própria elite da cidade não via com “bons olhos” o surgimento de uma organização comunitária em Japuíba, muito menos deixar que as terras locais caíssem nas mãos de uma população de baixa renda. O apoio incondicional aos agentes governamentais buscava render frutos para a mesma, pois o

^{8[8]} A mobilização dos moradores e a criação de laços de solidariedade também tiveram sua importância no caso do aterro sanitário de Itatinga (SP), cujos moradores se organizaram por melhores condições sócio-ambientais. É o que mostra a pesquisa do Ibase(1995,p.117) ao relatar a entrevista com a moradora Maria Inês Andrade sobre a rede de solidariedade construída na luta. Ela afirma que “tudo começou de forma comunitária, muita gente perdeu o emprego, pois o que estava em jogo era a vida de todos, fizemos barraca para dormir no local, as pessoas dançavam forró para não desanimarem, foi a partir dessa união que eu gostei mais do Pantanal, estava em jogo a morada das pessoas, afinal todos somos pobres, só queremos um lugarzinho para viver, mesmo que seja um barraco”.

^{9[9]} Segundo o Sr Nelson Soares, a CPT teve um papel fundamental para o movimento de bairro em Japuíba, já que além da assessoria jurídica, os moradores recebiam informações políticas sobre os movimentos populares e todo tipo de apoio.

turismo traria mais capital circulando na cidade e, conseqüentemente em suas mãos, e a valorização das terras poderia gerar lucros na associação com os promotores imobiliários, que detinham partes significativas de terras em Japuíba, esperando os investimentos públicos nos equipamentos urbanos.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, o esgotamento dos governos militares e a redemocratização do Brasil permitiram a deflagração dos movimentos de bairro em todo o lugar, tornando a luta pela moradia uma das formas de questionar a urbanização desigual implantada no país. Esses movimentos permitiram o aparecimento de importantes lideranças locais e nacionais que passaram a reivindicar mudanças no Brasil. Então, os conflitos de terra que se estenderam por Angra dos Reis, e aqui representados por Japuíba, não eram isolados, estavam inseridos na esfera das transformações da conjuntura nacional.

A falta de governabilidade e credibilidade marcou a busca pela autonomia do município e rechaçou a figura do prefeito “biônico”. Essas reclamações foram incentivadas pelo movimento popular de Japuíba que ainda não via solução para os seus problemas. A ameaça de expulsão da terra ainda era eminente e para combater o número expressivo de ações de despejo, era necessário a legitimação de uma organização representante do movimento, surgindo a partir daí, em 1981, a primeira associação de moradores do município, a AMJA (Associação de Moradores de Japuíba e Adjacências) que organizou a resistência e estabeleceu o rumo do movimento.

A busca pela autonomia de Angra dos Reis, desencadeada pelo movimento popular de Japuíba, faz parte das mudanças que o país vinha passando, como a abertura política do governo João Baptista de Figueiredo e a chegada dos exilados. A crise econômica e a necessidade de democracia fazem crescer diversos movimentos reivindicativos no Brasil, mostrando as mazelas sociais dos governos militares. As pessoas procuravam ter acesso aos seus direitos negados e foram os movimentos urbanos que as aglutinaram, estabelecendo entre elas um elo, um reconhecimento, uma identidade.

Dentro dessa atmosfera, o movimento popular de Japuíba cresceu e passou a obter vitórias ao reunir, no campo do real, time de futebol do bairro, uma assembléia com mais de três mil pessoas que criaram comissões e formas de resistência pacífica para garantir a posse da terra. A partir dessa luta, os moradores se viram como iguais, ou seja, tomaram consciência de sua pobreza e enfrentaram um problema comum.

Um dos momentos marcantes de Japuíba foi a tomada dos tratores da Companhia Barbará, que estavam prontos para passar sobre as casas, o conflito se acentuara e a justiça lenta facilitava a intimidação sobre os moradores. Estes lotavam as sessões da Câmara de Vereadores forçando os mesmos a criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para a questão e se concentravam diante do Fórum da Comarca de Angra à espera de uma resolução do Juiz Nelson Caetano. Era o maior movimento popular que Angra já vira desde então. O “pássaro”^{10[10]} marcava sua presença na cidade.

Por não encontrar uma rápida solução que impedisse os tratores, contratados pela Barbará, de derrubarem suas casas, os moradores, “seguiram então para o local onde trabalhavam os tratores e pararam as máquinas a força. Vários posseiros subiram num trator e expulsaram o operador. Enquanto isso, mulheres, crianças e velhos permaneceram em vigília no local devastado até que durante a madrugada os tratores foram retirados numa carreta” (Jornal Maré, 1980,p.12).

Essa demora na desapropriação e a falta de uma política habitacional facilitavam os loteamentos clandestinos e o aumento desenfreado da população do bairro, pois quem morava ali concedia partes das terras para parentes, amigos ou vendiam. A pressão demográfica sobre os recursos do bairro tornara-se cada vez mais violenta, com a redução do mangue e as ocupações das encostas e das margens do Rio Japuíba.

Portanto, devemos entender que a “degradação ambiental” não se restringe apenas à produção de riqueza, pois, ela também está vinculada a pobreza, não numa visão meramente reducionista de causa-e-efeito, mas a mesma, deve ser vista em um contexto mais amplo, que envolve as relações sociais.^{11[11]}

De início, os moradores de Japuíba não viam os “problemas ambientais” do bairro um problema imediato, pois suas forças estavam canalizadas para a luta pela terra, cuja questão absorvia a atenção da população.

^{10[10]} O nome Japuíba “é de origem indígena guarani, em homenagem ao japu (belo pássaro que vivia sobrevoando as águas desse local). O japu tem penas pretas e o peito amarelo, seu canto é mágico e surpreendente...”(Palmeira,1998, p.91) .

^{11[11]} “Para Becker (1992, p.130), a questão ambiental no Brasil está intimamente associada à exclusão social porque decorre da incorporação rápida e em larga escala dos recursos naturais simultaneamente à desterritorialização da população, à formação de uma população móvel, que é a condição da exploração da terra e dos recursos em grande escala. Trata-se de um binômio inseparável: é impossível pensar a questão ambiental sem estar nela embutida a questão social, e vice-versa”.

O pedido de reintegração de posse feito pela Barbará foi contestado, pois a mesma não tinha documentos legais que comprovassem ser a proprietária. Portanto, a primeira “batalha” estava vencida pelos moradores de Japuíba, coroando a unidade do movimento e o fortalecimento de uma identidade de bairro. Para Evers et al.(1982,p.124-125) dois fatores importantes contribuem na transformação das lutas na esfera da reprodução em organizações de bairro: “primeiro, a moradia sendo o centro da reprodução individual e familiar”, onde as deficiências são sentidas de imediato. “Segundo, a convivência no bairro, com a correspondente comunicação sobre os problemas comuns”, o que favorece a organização num dado momento.

Segundo o Sr Enéas^{12[12]}, um dos primeiros presidentes da AMJA, parecia que as coisas iriam se acalmar , mas o grupo Coroa Brastel comprou terras localizadas em Japuíba e enviou seus técnicos para levantarem a topografia da área, para isso entravam nas casas dos moradores sem autorização ou mesmo sem justificativa. Como a justiça demorava a resolver os títulos de posse, parecia que o pesadelo iria recomeçar. Mais uma vez o movimento se fez presente, numa assembléia marcada na rua Divinéia, a mesma contou com 300 moradores, que não mais permitiriam a medição dos seus terrenos por parte da Brastel e exigiram da prefeitura a desapropriação da área para o assentamento e posse definitiva de suas propriedades.

Para evitar novos conflitos e dar um direcionamento ao uso do solo em Japuíba, o prefeito Toscano de Britto desapropriou 107 hectares da antiga fazenda, com a finalidade de implantar um núcleo de casas populares financiadas pelo Promorar, declarando as terras como de utilidade pública (Decreto 433 de 15 de junho de 1982). As mesmas se estendiam da rodovia Rio-Santos até a baixada de Japuíba, onde existiam graves problemas de posse. É curioso notar que as terras localizadas da Rio-Santos até os contrafortes da Serra do Mar não foram desapropriadas, deixando os seus moradores resolverem diretamente com a Brastel.

A princípio os interesses da Brastel em ocupar Japuíba ia além do controle de terras, já que havia um projeto mais amplo da mesma para o município, o que ganhou simpatia do poder local e de determinados setores do comércio.

^{12[12]} Entrevista em vídeo, do Sr. Enéas, concedida aos alunos do Curso de Pedagogia da UFF, Angra dos Reis, em 1997.

Ao chegar ao município, a Brastel tinha o interesse de construir uma loja de departamentos no Centro da cidade, dois supermercados “Feijão com Arroz”, um em Japuíba e outro em Jacuecanga e uma casa de material de construção. A aquisição da área de Japuíba visava desenvolver um grande projeto na área da agricultura^{13[13]} e em outros setores^{14[14]}. Na visão de Toscano de Britto, “a população precisa deixar de pensar que todo mundo que vem de fora é ladrão. Angra precisa de dois mil empregos por ano e que se a Brastel promover a utilização de um grande volume de mão-de-obra no município merece ser apoiada”(Jornal Maré,17/09/1982, p.8).

A área desapropriada pela prefeitura em Japuíba não foi contestada pela Brastel, que recebeu uma determinada quantia de indenização, prometendo usar esse dinheiro no financiamento de casas no local. Além disso, a prefeitura se comprometeu em garantir a legalização das posses, a entrega dos títulos aos seus antigos moradores, investimentos em infra-estrutura e criar loteamentos populares, como afirma o Consultor da prefeitura na época, Raymundo Gonçalves Milagres, “a Japuíba será a maior área de concentração proletária existente em qualquer município e poderá esvaziar todas as favelas de Angra” (op.cit.,1982, p.9). Essa visão ufanista se contrapõe ao que estava ocorrendo em Japuíba, onde a venda ilegal de lotes de posse estava “a todo vapor”, de forma descontrolada. Todas as promessas e incertezas referentes à prefeitura e ao Grupo Brastel foram dissipadas pelo escândalo e quebra desta empresa e o afastamento de Toscano de Britto, em 1983, acusado de corrupção.

Portanto, a consolidação do movimento popular de Japuíba e a manutenção de seus moradores em suas posses só foram possíveis, segundo o Sr Manoel Ramos, com a união da população que, mesmo sendo intimidada pela violência e mortes de pessoas envolvidas na luta, manteve-se firme e se tornou um exemplo de cidadania no município de Angra dos Reis. Então, foi a partir das lutas travadas no bairro de Japuíba que o movimento popular no município desabrochou através da fundação de outras associações de moradores e outras entidades como a SAPE (Sociedade Angrense de Proteção Ambiental), esta marcante na

^{13[13]} Em relação ao papel da Brastel em Japuíba, o candidato à Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores, em 1982, Raimundo Teixeira Mendes, afirmou que “esta firma fará o mesmo na Japuíba o que fez a Casa Sendas em Magé: transformar os posseiros em colonos e obrigá-los a plantar determinados produtos, de interesse comercial para a empresa” (Jornal Maré,1982, p.11)

^{14[14]} Para saber mais detalhes sobre os projetos idealizados pela Brastel para o bairro de Japuíba, ver o Jornal Maré de 17/09/1982, p.8

luta pelas questões ambientais no município, como aquelas envolvendo a Usina Nuclear, a destruição dos manguezais, fechamentos de praias e saneamento básico.

Vencida a batalha perante os diversos grupos que se diziam donos de suas terras, Japuíba precisava planejar seu espaço e dar novas diretrizes ao movimento.

BIBLIOGRAFIA

BECKER, Bertha. Repensando a Questão Ambiental no Brasil a Partir da Geografia Política. In: LEAL, Maria do Carmo, SABROZA, Paulo Chagastelles et. al.(Orgs.). Saúde, Ambiente e Desenvolvimento. Uma Análise Interdisciplinar. vol. 1. São Paulo : Hucitec, 1992. p. 127-152.

CARLOS, Ana Fani A . O Lugar no/do Mundo. São Paulo : Hucitec, 1996.

CASTRO, Iná Elias. O Mito da Necessidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1992

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo : Ática, 1989.

EVERS, Tilman, PLANTENBERG, Clarita M. , SPESSART, Stefanie. Cidade, Povo e Poder In: MOISES, José Álvaro et. al.(Orgs.). Coleção Cedec. v.5, Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982. p.110-160.

IBASE. Angra dos Reis: Gestão Democrática e Apropriação do solo Urbano. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro, 1993, p. 1-23.

JORNAL MARÉ. “Aeroporto será reativado na próxima semana”, Angra dos Reis, 26 abr.1991, p.7.

_____. “Brastel não contesta desapropriação e emprega dinheiro em obras sociais”, Angra dos Reis, 17 set. 1982, p.8

_____. “Desapropriação não é oficial para Japuíba”, Angra dos Reis, 02 jul. 1982, p.7.

_____. “Japuíba resiste a invasão”, Angra dos Reis, 10 à 25 nov. 1980, p.4.

_____. “Prefeitura prepara a distribuição dos lotes”, Angra dos Reis, 17 set. 1982, p. 8-9.

JORNAL PRESENTE. “Japuíba poderá ser novo núcleo urbano de Angra”, Angra dos Reis, 30 out. 1976, Ano I, n.12, p.5.

LEANDRO, Aldo Gomes. Turismo, Imagem do Lugar e Competitividade na Globalização. Revista de Pós-graduação em Geografia USP, São Paulo, v.1, n.1, p.85-89, jun.1997.

LECIONE, Sandra. Região e Geografia. São Paulo : Edusp, 1999.

PALMEIRA, Maria Sebastiana M. Japuíba: Pesquisa de Recuperação da História do Bairro.
In: Angra dos Reis: Memória & História. Anais do Seminário de Memória e História.
Prefeitura Municipal de Angra dos Reis, 1998, p.91-98.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo : Nobel, 1987.